

PRESTES, Anita L. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 335 p.

*por Ricardo Rodrigues A. de Lima<sup>1</sup>*

O ano de 2014 deve ser marcado tanto por debates sobre as perspectivas futuras do país quanto sobre seu passado. Já se inicia sob recessão econômica internacional e promessas de uma agitada luta política no Brasil, seja pelas eleições a serem realizadas no final do ano, seja pela possibilidade de retomada dos protestos sociais que marcaram 2013. Mas também é o ano em que se completam 50 anos do golpe militar, o qual jogou por terra os sonhos de uma esquerda socialista àquele momento profundamente envolvida na luta pelas famosas “reformas de base” propostas por João Goulart. Constitui portanto uma boa ocasião para se retomar e debater o legado de Luiz Carlos Prestes, uma das principais lideranças políticas à época e sem dúvida um dos mais importantes e controversos líderes da esquerda brasileira e latino-americana no século XX.

Diante desse cenário, chama-se aqui a atenção para o importante livro de Anita Leocadia Prestes, que expõe os resultados mais recentes do trabalho de fôlego desta historiadora marxista a respeito da trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Neste último livro, Anita Prestes dá continuidade a trabalhos anteriores nos quais abordara a atuação de Luiz Carlos Prestes já sob a condição de líder comunista, tais como “Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora; os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)”, de 2008, e “Os comunistas brasileiros (1945-1956/1958): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB”, de 2010, ambos publicados pela Brasiliense. Comparando-se com os livros anteriores, este último é provavelmente o mais significativo para a atual conjuntura política do país, não simplesmente por abranger um período mais extenso e recente da história de Prestes, mas por colocar no centro da análise histórica sobre o movimento comunista no Brasil a questão do partido revolucionário e seu papel histórico numa época de ampla hegemonia do capitalismo em nível mundial.

---

<sup>1</sup> Professor do IFG (Campus Goiânia) e doutorando em História pela UFG.

Uma das teses de fundo do livro de Anita Prestes é a de que os comunistas do Brasil e da América Latina no século XX incorreram num erro sócio-político ao basearam a estratégia da revolução nos moldes da ideologia nacional-libertadora. As chamadas revoluções nacional-libertadoras ou nacional-democráticas não apenas estariam superadas como possibilidade histórica no continente latino-americano como teria sido impossível derrotar o imperialismo apenas nos marcos de uma revolução democrático-burguesa. Assim, o momento atual marcado pela hegemonia capitalista mantém a necessidade e a atualidade da revolução socialista, tarefa histórica a ser realizada por um partido revolucionário. Em apoio a essa tese, Anita Prestes retoma, por exemplo, as contribuições do revolucionário marxista peruano José Carlos Mariátegui e do dirigente comunista salvadorenho Schafik Handal sobre as possibilidades do socialismo na América Latina. Já a reflexão sobre a constituição de um partido capaz de articular um bloco histórico das forças revolucionárias é inspirada sobretudo na obra de Antonio Gramsci e na do marxista argentino Ariel Bignami, em especial a concepção de sujeito-povo por ele proposta a partir da noção gramsciana de bloco histórico.

Com esta perspectiva teórico-política, Anita Prestes propõe para a atualidade o resgate da trajetória e das lutas empreendidas por Luiz Carlos Prestes, exatamente por perceber na ação política do líder comunista as bases históricas do projeto revolucionário socialista conduzido por um partido político à altura de tal tarefa. Mantendo-se fiel à sua condição de historiadora, Anita Prestes busca reconstituir a história política de Luiz Carlos Prestes a partir de uma perspectiva historiográfica “comprometida com a evidência”, conforme a indicação de Eric Hobsbawm, por ela mencionado. Nesse sentido, a luta política que têm como principais protagonistas Prestes e o PCB é narrada e interpretada a partir de ampla documentação, com referências precisas que comprovam as posições assumidas pelos sujeitos políticos abordados. A esse respeito, deve-se destacar também que a autora não faz concessões a um certo tipo de biografia política que procura “humanizar” o biografado, centrando-se em fatos pitorescos e da vida privada que despolitizam por completo a trajetória do intelectual/dirigente abordado.

O livro de Anita Prestes tem portanto não apenas um valor político para o debate sobre os rumos para a esquerda socialista e comunista na atualidade, mas também para a pesquisa histórica sobre a esquerda brasileira no século XX. Há em seu livro menção a textos e entrevistas de Luiz Carlos Prestes até então inéditos, o que abre novas perspectivas para a pesquisa e análise histórica da ação dos comunistas no Brasil. É o

caso de documentos produzidos por Prestes nos anos 60 e 70, no calor da luta interna e do combate à ditadura militar-fascista, conforme expressão da época, e que eram de circulação restrita à direção do PCB. No entanto, apesar dos méritos e da preocupação com o rigor na fundamentação de sua perspectiva, o livro de Anita Prestes também apresenta interpretações e pontos de vista polêmicos e sujeitos à crítica, principalmente no que se refere à relação entre Prestes e o PCB, como será debatido a seguir. A questão para a qual se chama a atenção é se teria Prestes de fato avançado para uma posição para além daquela representada pela cultura política do PCB dos anos 50 e 60 e do qual ele era parte constitutiva.

O fio condutor da exposição do livro de Anita Prestes é o conflito cada vez mais acentuado entre “as posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes e o reformismo e a acomodação do C.C. [Comitê Central] do PCB”, p.16, o que culminou com o rompimento de Prestes com o partido para empreender uma ação em prol da constituição de um partido revolucionário. Para expor esse processo, o livro está dividido em três partes principais, da “Declaração de Março” de 1958 ao golpe de 1964, do golpe à Anistia em 1979 e, por fim, a análise dos últimos anos de vida de Prestes, de 1979 a 1990.

A forma de exposição escolhida pela autora apresenta um primeiro problema de fundo: a história do PCB fica subordinada pela análise à trajetória de Luiz Carlos Prestes. Corre-se o risco – como alertava Gramsci nos ensaios sobre Maquiavel na abordagem que propunha à história de um partido político – de se fazer apenas “biografia política de uma individualidade singular”. Apesar do líder comunista ser o objeto principal do estudo, isto não necessariamente justifica que a periodização das fases do partido sejam definidas em função dos desdobramentos da relação entre, segundo Anita Prestes, as posições revolucionárias de Prestes e o reformismo do restante do Comitê Central. Assim, por exemplo, entre 1958 e 1968, tem-se a fase na história do partido em que predomina a postura de Luiz Carlos Prestes em conciliar com as tendências reformistas para garantir a unidade do PCB, principalmente diante do esquerdismo que ganhará força após o golpe de 1964. Depois, entre 1969 e 1990, a fase de confrontação de Prestes com os reformistas. Vejamos alguns pontos a esse respeito.

No ponto de partida do livro, A Declaração de Março de 58, faz-se presente a preocupação de Anita Prestes em demonstrar os limites da estratégia revolucionária do PCB. A crítica que faz é pertinente para se entender os limites históricos daquele segmento do movimento comunista no Brasil. Embora aquele documento representasse

o avanço em relação ao esquerdismo do Manifesto de Agosto (1950) e constituísse uma resposta à crise do movimento comunista em nível mundial, ele trazia uma concepção de revolução por etapas, sob a influência da ideologia nacional-libertadora – isto é, sob a hegemonia burguesa. Além disso, a Declaração de 58, também sob a influência de Mao Tse-tung conforme a autora, hierarquizava as contradições a serem enfrentadas pelo PCB ao subordinar a contradição capital-trabalho à contradição nação *versus* imperialismo. Esse será um dos fatores que, segundo Anita Prestes, explica a derrota da esquerda diante do golpe civil-militar de 1964 e a não constituição de um bloco histórico que servisse de sustentação às reformas de base propostas por Jango em 1964. Aliás, a incapacidade de articular um bloco histórica das forças revolucionárias no país é um dos fios condutores da crítica de Anita Prestes à ação política do PCB.

Mas como foi a atuação de Prestes naquele contexto? Segundo Anita Prestes, apesar de utilizar seu prestígio para a elaboração da Declaração de Março de 58, Luiz Carlos Prestes já revelava preocupação com o perigo de uma tática reformista que colocaria o partido a reboque da burguesia, conforme artigo por ele publicado na *Voz Operária* de 29 de março de 1958 (p.23-24). Ali, portanto, já tinha início a luta de Prestes contra o reformismo no interior do PCB, embora ele também não tenha elaborado claramente algo que apontasse para além da estratégia da revolução nacional-democrática naquele momento. Sobre esse último aspecto, a autocrítica de Prestes em relação à situação que levou à derrota de 1964 ficaria explícita, segundo Anita Prestes, na crítica que ele fez às teses apresentadas na Conferência Extraordinária Estadual de São Paulo, quando apontou as ilusões de classe e a adesão à ideologia burguesa por parte dos dirigentes comunistas paulistas (p.122), entre os quais, Marco Antônio T. Coelho.

Outro momento importante de unidade entre Prestes e os reformistas foi nos anos de 1964 a 1967, cujo desfecho seria o VI Congresso, ocorrido no final de 1967. Naquele contexto, segundo Anita Prestes, prevaleceu a postura de Luiz Carlos Prestes em combater o esquerdismo no partido, isto é, as tendências que entendiam como necessária a luta armada pela derrubada do regime militar. Nesse sentido, segundo a autora, prevaleceu a postura de Prestes em garantir a unidade do partido e impedir uma derrota ainda maior, mesmo que fazendo concessões à direita do PCB (p.140). Porém, com o afastamento dos defensores da resistência armada, como Marighella e Mario Alves, no VI Congresso “o embate iria dar-se entre Prestes e a maioria, partidária das concepções nacional-libertadoras e reformistas predominantes na direção do PCB”

(p.141). Assim, Anita Prestes procura enfatizar que Luiz Carlos Prestes já se encaminhava naquela conjuntura para o rompimento com a concepção nacional-libertadora defendida pelo PCB, o que ficará mais evidenciado a partir de 1968.

Anita Prestes localiza nos dois artigos publicados por Prestes em 1968, para a *Voz Operária* e a *Revista Internacional*, os documentos que expressam essa oposição. Neles fica explícita a concepção de Luiz Carlos Prestes de luta por um governo revolucionário em oposição à de governo antiditatorial defendida pelo restante do Comitê Central. A não aceitação das propostas de Prestes naquele ano significou o momento em que “o PCB enveredava definitivamente pelo caminho do reformismo” (p.153). Mas aqui, cabe o questionamento do leitor: definitivamente? Apenas Prestes representava a posição revolucionária? Não houve outras possibilidades sustentadas por práticas de luta do PCB contra a ditadura do capital de blindagem militar? Houve, por exemplo, no início dos anos 70 uma tentativa por parte da direção do PCB que atuava em São Paulo de disputar a hegemonia nas fábricas e estabelecer o vínculo do partido com a nova classe operária brasileira, algo não mencionado no livro de Anita Prestes. Esse foi o caso da atuação do partido na Volkswagen em São Bernardo do Campo – processo ainda pouco analisado e que foi interrompido pela ação repressiva dos aparelhos de coerção do Estado brasileiro antes da ascensão do “novo sindicalismo” a partir de 1975. Nesse sentido, conforme a observação crítica à abordagem da autora aqui mencionada, a história do PCB fica subordinada à vigência ou não das posições de Prestes. Esse aparece maior do que o próprio partido e não como uma de suas expressões.

A proposição de Prestes por um governo revolucionário seria o ponto central a expressar, segundo Anita Prestes, a sua diferença e divergência em relação aos reformistas do PCB. Um dos pontos altos do livro está precisamente nas páginas que abordam o desenrolar desse embate nos anos 70. Esse é um dos períodos mais desconhecidos não apenas da história do PCB, mas do próprio Luiz Carlos Prestes. Ao partir para o exílio em Moscou no ano de 1971, Prestes daria início a uma avaliação profunda sobre os rumos assumidos pela esquerda e pelo PCB no Brasil. Anita Prestes traz elementos importantes para se entender esse período da vida do dirigente comunista, tais como a tentativa de compreender a nova fase alcançada pelo capitalismo no Brasil – a fase do capital monopolista de Estado, segundo Anita Prestes -, a democracia socialista como alternativa à ditadura militar no país e a centralidade a ser conferida na práxis comunista à contradição capital-trabalho. Na verdade, como o próprio livro deixa entrever, esse conjunto de reflexões contava com a contribuição de

um jovem grupo de militantes comunistas liderados por Prestes, como a própria Anita Prestes, Marly Vianna e José Salles. Estes atuavam ao seu lado em oposição às chamadas tendências reformistas, principalmente entre 1976 e 1979.

Do ponto de vista teórico-ideológico, um dos temas centrais no debate interno do PCB nos anos 70, como em toda a esquerda brasileira, foi em torno da democracia. A chamada ala renovadora, expressão do reformismo no PCB, segundo Anita Prestes, e que contava com a liderança de Armênio Guedes e a participação entre outros dos intelectuais Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder sintetizou sua posição a partir da concepção de “democracia como valor universal” – fato este bastante conhecido. Como expressão das novas concepções que Prestes mobilizava no debate com a direção do PCB e em oposição ao que considerava ser uma noção burguesa de democracia, ele defendia a democracia socialista “antimonopolista” (p.220), em antagonismo ao capital monopolista no Brasil. Esta seria “um *novo tipo de democracia, mais avançado que a democracia burguesa*, e que se constitua numa “*forma de transição*” ao poder nacional e democrático”, (p.199, grifos de A. Prestes). Havia portanto um esforço da parte de Luiz Carlos Prestes em fornecer respostas teórico-políticas comprometidas com o projeto da revolução socialista à situação de crise orgânica em que se encontrava o PCB na conjuntura pós-golpe militar. Esse aspecto está bem fundamentado no livro de Anita Prestes.

No entanto, a abordagem de Anita Prestes ao concentrar-se na luta que Prestes empreendia com a maioria do Comitê Central não questiona a fundo se as posições sustentadas por Prestes nos anos 70 representavam de fato a superação do horizonte estratégico do PCB do período em que sua ação esteve orientada pela estratégia nacional-democrática. Os próprios dados apresentados no livro indicam que não houve essa superação, ao contrário. A “nova democracia” proposta por Prestes seria ainda, conforme suas próprias palavras, uma forma de transição ao poder nacional e democrático, “antimonopolista, anti-imperialista e anti-latifundiário” (p.244). No contexto de luta contra a ditadura civil-militar, Prestes insistia na necessidade de formação da “frente antifascista e patriótica” (p.210). A contradição nação – ou pátria – *versus* império permanecia central. Assim, o que se constata é que o projeto de revolução de Luiz Carlos Prestes apenas atualizava a concepção de uma revolução nacional-democrática, defendida por décadas pelo PCB, para um contexto de avanço da ditadura do capital no Brasil sob a liderança política de um bloco civil-militar com tendência ao fascismo.

E aqui reside uma das principais dificuldades em propor uma análise baseada no antagonismo Prestes *versus* a maioria reformista do Comitê Central do PCB. Por um lado, a reconstituição histórica por meio dos conflitos internos na direção do PCB dá a impressão que a derrota dos comunistas nos anos 80 é resultado apenas das decisões e tendências internas – posições revolucionárias x reformistas –, deslocando o foco de outro problema central: a derrota também se explica pelos resultados da correlação de forças entre as classes sociais e suas lideranças no Brasil. Neste caso, tem mais peso o fato do PCB não ter conseguido reestabelecer vínculos orgânicos com a classe operária brasileira no momento crucial da transição de poder político no Brasil no início dos anos 80. Para essa questão, nenhuma das correntes internas do partido ofereceu respostas historicamente consistentes, fossem revolucionárias ou reformistas. Por outro lado, a perspectiva antinômica proposta por Anita Prestes também dificulta a compreensão de outro problema: os impasses em que se encontrava o PCB nos anos 70 e 80 além de serem resultado de uma intensa ação repressiva por parte do Estado e das classes dominantes no Brasil sobre o partido, também expressava os limites do núcleo dirigente do PCB forjado na conjuntura pós-45 e que tinha em Prestes sua principal expressão.

Esse núcleo dirigente, muito distinto daquele dos anos 20, não foi capaz de propor um projeto socialista para além do modelo soviético e uma estratégia revolucionária que se diferenciasse do paradigma nacional-democrático – muito bem criticado por Anita Prestes em seu livro. Este último também formulado de acordo com os marcos estabelecidos sob a hegemonia stalinista na luta internacional contra o imperialismo capitalista. Esse limite histórico se evidencia tanto entre os dirigentes que conduziram o PCB a uma postura cada vez mais passiva diante do poder político capitalista no Brasil, como Giocondo Dias, como entre aqueles que resistiram a isso, caso de Prestes.

Com relação a Prestes, apesar das propostas que apresentava no final da década de 70 pela constituição de um governo revolucionário rumo à democracia socialista, optou por romper o PCB num momento em que convergiam luta pela democracia contra o regime militar e ascensão do movimento operário em oposição ao capital. Em sua trajetória posterior ao lançamento da Carta aos Comunistas, de 1980, apesar das posições coerentes que assumiu como líder de esquerda, como, por exemplo, ao não aceitar acordo com o governo militar por uma transição pacífica, Prestes não conseguiu avançar no que propunha antes de sair do partido. Sua ação política na última fase de sua vida, como mostra o livro, foi muito marcada por exemplo pela aliança política com

o PDT de Leonel Brizola, líder político que assumidamente reivindicava a herança nacionalista de Vargas e de Jango. Não seria este um elemento a mais a mostrar as dificuldades de Luiz Carlos Prestes em ir além da herança do que fora o PCB sob sua liderança? Evidentemente, nesse tipo de avaliação deve ser considerado que esse é um limite que não se supera apenas do ponto de vista de uma trajetória individual, mas deve corresponder aos caminhos assumidos historicamente pela própria classe social que se quer representar. Trata-se de uma obra coletiva.

Independentemente dos pontos críticos levantados em relação a esta importante obra, deve ser ressaltado, como assinalado por Anita Prestes, que o legado de Prestes tem uma marca bem definida: a luta por um partido revolucionário, com a qual se manteve coerente até o final da vida. Essa questão permanece central nesse momento em que a esquerda comunista procura reencontrar seu caminho no Brasil e refundar a práxis comunista em meio a uma nova fase das lutas de classe que se abrem em âmbito nacional e mundial.